

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Maria Luísa Pinto Pacheco de Matos Fernandes;
 Naturalidade — Rio de Janeiro, Brasil;
 Nacionalidade — portuguesa;
 Data de nascimento — 12 de Março de 1959.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito (Lisboa);
 2005 — diploma de 3.º ciclo de Estudos Europeus/Direito Comparado, da Faculdade de Jurisprudência, de Urbino, Itália, com a defesa da tese «Fraude fiscal na UE — Fraude Carrossel»;
 2002-2003 — pós-graduação em Direito Fiscal, Universidade de Direito de Lisboa, sob a coordenação do Prof. Doutor António de Sousa Franco;
 2002-2003 — diploma de Altos Estudos Europeus/Direito Comparado, da Faculdade de Jurisprudência, de Urbino, Itália.

Actividade profissional:

Desde Abril 2005 — chefe de divisão da Legislação Comunitária II, DGAERI, MFAP;
 Janeiro-Abril de 2007 — chefe de missão de diversas acções de formação na Roménia e Bulgária, sobre fraude — IVA, num projecto sob coordenação da Comissão Europeia (OLAF, DGE, TAIEIX);
 Junho-Dezembro de 2006 — membro do grupo de trabalho «Fusão dos Serviços Sociais da Administração Pública»;
 Novembro de 2005-Junho de 2006 — chefe de missão de diversas acções de formação na Roménia e Bulgária, sobre fraude — IVA, num projecto sob coordenação da Comissão Europeia (OLAF e DGE);
 2004-2005 — assessora do Ministro das Finanças e da Administração Pública;
 Junho de 2004 — nomeada representante do Ministro da Segurança Social e do Trabalho, no conselho consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres;
 Maio de 2004 — assessora do Ministro da Segurança Social e do Trabalho;
 Março de 2004 — Direcção de Serviços dos Benefícios Fiscais, área internacional;
 2003-Março de 2004 — assessora do subdirector-geral da Gestão dos Impostos;
 2000-2003 — assessora da subdirectora-geral do IVA;
 1994-2000 — perita tributária na Direcção de Serviços da Concepção do IVA;
 1987-1994 — cargo de coordenação (responsável de sector) na Direcção de Serviços de Cobrança do IVA;
 1987 — funções de liquidadora tributária na Direcção de Serviços de Reembolso do IVA;
 1984-1986 — liquidadora tributária na repartição de finanças;
 1981-1984 — colaboradora num escritório de advogados.

Currículo científico:

2005 — participação no fórum «Agenda de Lisboa»;
 1999 — Conferência do Direito da Concorrência;
 1998 — elemento do *comité* de organização do XXXV Congresso da Liga Internacional de Direito da Concorrência;
 Expo 98 — representante da DGCI junto dos comissários dos pavilhões internacionais;
 1997 — Congresso de Direito Internacional;
 1997 — Fórum Negócios e Cooperação ACP — Opção África;
 Formadora no campo fiscal, nomeadamente em acções de formação da ATOC;
 Formadora no Tribunal de Contas;
 Membro da Associação Fiscal Portuguesa.

Currículo de formação contínua:

2006 — participação nas jornadas fiscais — Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da FDL e Associação Fiscal Portuguesa;
 2005 — curso de alta direcção para chefias — INA;
 2001 — reforma fiscal — seminário de formação;
 2000 — participação no Fórum 2001: Renovar a Administração;
 1999:
 Curso de contencioso comunitário — INA, ministrado pelo Prof. Doutor António Correia de Campos;
 Curso sobre a lei geral tributária — DGCI;

1996 — técnicas de animação e coordenação de grupo — DGCI;
 1995 — curso sobre o Código do Processo Tributário — DGCI;

1988 — curso sobre regime jurídico da função pública, ministrado pelo Prof. Doutor Freitas do Amaral.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública**Despacho n.º 12 297/2007**

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a secretária pessoal do meu Gabinete, Maria Branca Guedes Baptista Silva.
 O presente despacho produz efeitos a 4 de Junho de 2007.

18 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público**Rectificação n.º 835/2007**

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 3330/2007 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 28 de Fevereiro de 2007, a p. 5262, respeitante à afectação à DGAP da agente Maria Paula Gonçalves Ribeiro Alves Monteiro, rectifica-se que onde se lê:

«4 de Janeiro de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Emanuel Augusto dos Santos*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.»

deve ler-se:

«4 de Dezembro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Emanuel Augusto dos Santos*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.»

8 de Março de 2007. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Direcção-Geral dos Impostos**Rectificação n.º 836/2007**

Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2007, a p. 12 270, o aviso (extracto) n.º 8403/2007, rectifica-se que onde se lê «subdelego as competências referidas nos n.ºs 1.1, 1.3 a 1.6» deve ler-se «subdelego as competências referidas nos n.ºs 1.1, 1.3 a 1.16».

18 de Maio de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros**Despacho n.º 12 298/2007****Delegação de poderes**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, delego os poderes a seguir descritos, no âmbito da respectiva área de actuação, nas subdirectorias-gerais identificadas nos números seguintes:

No domínio dos recursos humanos que lhes estão afectos:

- Autorizar o exercício de funções em jornada contínua, os benefícios decorrentes do Estatuto do Trabalhador-Estudante, nos termos legais, bem como a prestação de trabalho extraordinário, em dias de descanso semanal, descanso complementar, feriados e nocturno, o correspondente processamento e o respectivo pagamento, observados os condicionamentos legais e dentro dos limites fixados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto;
- Autorizar a inscrição e participação do pessoal em congressos e reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional, quando importem custos para o serviço;
- Autorizar as deslocações em serviço em território nacional, bem como o processamento e pagamento dos correspondentes abonos ou